

CELESC

## PROPOSTA IRREAL, DESRESPEITOSA E PRIVATISTA

### REAJUSTE ZERO, CORTE DE BENEFÍCIOS E ATAQUE A SINDICATOS SÃO PARTE DA PROPOSTA DA DIRETORIA DA CELESC



A diretoria da Celesc mostrou sua cara nesta terceira rodada de negociação do ACT 2013/14. Apresentando uma proposta irreal, a diretoria da empresa tenta cortar direitos históricos dos trabalhadores, enfraquecer sua representação e, ao que parece, encaminhar a privatização da Celesc.

Não foi por acaso que a carta da Aneel foi divulgada pelo presidente e diretores na véspera da negociação, dando a entender que o cenário da Celesc é de caos quando não é. Na edição 1186 do Linha Viva desnudamos as mentiras da empresa, demonstrando que o cenário de insolvência a que a carta se refere é fantasioso. Temos problemas pontuais que devem ser resolvidos, mas não às custas dos trabalhadores. Também não foi por acaso que o colunista do Diário Catarinense, Moacir Pereira, publicou uma carta de um "ex-celesquiano" questionando se não estava na hora da Celesc rumar à privatização. Era o caminho sendo preparado.



Nesta negociação a diretoria dá aula de desrespeito aos celesquianos, propondo um reajuste de 4,07%, muito abaixo da inflação acumulada no período e, ainda pior, apenas para uma parte dos celesquianos e também não aplicável a todos os benefícios. Na (i)lógica da diretoria, quem foi beneficiado com o piso não precisa de reajuste. Como se o piso não fosse uma antecipação de receita que o trabalhador pagará com o congelamento da progressão do PCS.

Os diretores também propõem enfraquecer os trabalhadores, reduzindo o número de dirigentes sindicais liberados. Este ataque aos sindicatos só pode ser retaliação pela ação combativa que expôs e continua expondo irregularidades na administração da empresa. Além disso, ao propor diminuir os dirigentes liberados, a empresa visa desarticular uma categoria organizada que nos últimos tempos deu demonstrações de força e consciência política, buscando a recomposição e fortalecimento da empresa. Essa proposta irreal inviabiliza o trabalho dos sindicatos na defesa da Celesc Pública e dos direitos dos trabalhadores.

O maior ataque, no entanto, foi à cláusula primeira do acordo coletivo de trabalho: Garantia de Emprego. A cláusula mãe de todas, que impede os excessos políticos, as perseguições, demissões em massa. Sem a garantia de emprego não haverá a recomposição do quadro de pessoal pela qual tanto lutamos. Haverá um mar de trabalhadores coagidos, com cada vez menos direitos, cada vez mais expostos a riscos de saúde e segurança do trabalho, cada vez mais à mercê dos desmandos políticos destes que se acham donos da maior estatal catarinense. Sem a garantia de emprego, não haverá Celesc Pública. Não adianta maquiagem a intenção, jogando com a renovação das concessões. Na garantia de emprego não se mexe!

Neste longo tempo em que os sindicatos se organizaram na Intercel e negociaram o acordo coletivo em conjunto, já tivemos muitos momentos difíceis na empresa. Lutamos muito em defesa da Celesc pública e enfrentamos administradores e governadores mal intencionados, mas nunca neste nível. Essa total demonstração de desrespeito com os trabalhadores que mantém a Celesc referência de bons serviços prestados à sociedade catarinense em meio à péssima administração e sucateamento não vai ser esquecida.

Em muitos momentos a diretoria afirmou que queria ser parceira dos trabalhadores. Agora vemos que tipo de parceria se referem. Não podemos ser parceiros de privatistas. Não podemos ser parceiros de quem se curva para acionistas. Não podemos ser parceiros de quem não respeita os trabalhadores.

Vamos enfrentar mais esse grupo político que defende o dinheiro dos acionistas às custas da vida dos trabalhadores. É hora de lutar! É hora de parar! Está marcada para terça-feira, dia 10, a uma última rodada de negociação. É bom que até lá as coisas mudem!

**TRABALHADORES VÃO A BRASÍLIA CONTRA PL 4330**

PG 2

**UHE GARIBALDI: DESCASO E IRRESPONSABILIDADE**

PG 3

**MP 579 COMPLETA UM ANO DE INCERTEZA E LUTAS**

PG 3



## TRABALHADORES VÃO A BRASÍLIA CONTRA PL 4330

**Ônibus lotado rumou à capital federal para protestar contra liberação da terceirização**

Eletricitários de toda Santa Catarina partiram nesta segunda-feira, dia 02, para Brasília, juntando-se ao movimento dos trabalhadores contra o Projeto de Lei 4330, de autoria do Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). O PL autoriza a terceirização em todas as atividades, abrindo caminho para a precarização das condições de trabalho e exploração da classe trabalhadora. As centrais sindicais conseguiram, até o momento, barrar a votação desta aberração proposta pelo deputado.

O PL vem sendo defendido pela classe empresarial como forma de garantir maior competitividade ao mercado. Essa falácia é propagada com o conceito de que, para que exista crescimento econômico nas indústrias brasileiras é necessário depreciar a força de trabalho. Na prática, a proposta dos empresários (que têm em Sandro Mabel seu "testa de ferro") extingue as categorias de trabalhadores, jogando todos em um mar de sub-contratações, com cada vez menos direitos, remunerações precárias e maiores riscos de saúde e segurança no trabalho. No setor elétrico a terceirização sempre foi sinônimo de morte de trabalhadores, com auto número de acidentes de trabalho. Além disso, não são poucos os casos de corrupção envolvendo empreiteiras: na Celesc ainda assombram os fantasmas da Montreal e do balaio de Siris.

Na segunda feira, dia 02, uma mesa de negociação envolvendo sindicatos, empresários e deputados debateu o projeto sem chegar a um acordo. O grande problema é a terceirização na atividade-fim, rejeitada pelos sindicatos e defendida pelos empresários.

Os sindicatos da Intercel e Intersul reconhecem o esforço dos eletricitários catarinenses que marcaram presença na luta contra a terceirização e contra a precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora. A mobilização deu resultado. Marcado para ser votado na terça-feira, dia 03, o PL foi retirado da pauta novamente. Até o fechamento desta edição o projeto ainda não havia retornado à pauta da Câmara Federal.



Trabalhadores de Joinville embarcando rumo a Brasília

### Sandro Mabel distorce realidade em defesa de interesses próprios

O deputado Sandro Mabel, autor do PL 4330 tem distorcido a realidade na defesa de seus interesses. Mabel é um dos sócios da fábrica de Biscoitos Mabel e será beneficiado pela terceirização irrestrita, uma vez que com a redução de direitos dos trabalhadores terá mais lucros. Sob o pretexto de "beneficiar terceirizados", Mabel está expondo todos os trabalhadores a um sistema perverso de sub-trabalho, que apenas beneficia os patrões. Ao liberar a terceirização, os terceirizados não terão acesso a mais benefícios. Muito pelo contrário! Todos os trabalhadores terão um rebaixamento nas condições de trabalho, remuneração e saúde e segurança.

## TST RECOMENDA REJEIÇÃO NA ÍNTEGRA DO PL 4330



A situação é tão grave que 19 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) redigiram um parecer condenando o PL 4330, por considerar que o projeto apresenta "gravíssima lesão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no País" e redução do "valor social do trabalho". Os ministros recomendaram aos deputados, através de ofício encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal no dia 27 de agosto, que rejeitem o PL na íntegra. "Como se sabe que os direitos e garantias dos trabalhadores terceirizados são manifestamente inferiores aos dos empregados efetivos, principalmen-

te pelos níveis de remuneração e contratação significativamente mais modestos, o resultado será o profundo e rápido rebaixamento do valor social do trabalho na vida econômica e social brasileira, envolvendo potencialmente milhões de pessoas", diz um trecho da carta. Além disso, segundo o TST, "o Projeto de Lei esvazia o conceito constitucional e legal de categoria, permitindo transformar a grande maioria de trabalhadores simplesmente em 'prestadores de serviços' e não mais 'bancários', 'metalúrgicos', 'comerciantes'". Desta forma, o PL também seria o fim dos eletricitários.

CELESC

## PLR 2014 É DEBATIDA POR GRUPO DE TRABALHADORES

Acontece nesta quinta-feira, dia 05, a primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) que debaterá as regras da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para o ano de 2014. Os sindicatos que compõem a Intercel serão representados pelos Diretores Leandro Nunes da Silva (Sindinorte) e Viviane Beneri de Mattos (Stieec), com apoio do assessor econômico da Intercel. Conforme já noticiado pelo LV, solicitamos que os celesquianos que tiverem sugestões para o debate encaminhem através do email [sindsc@terra.com.br](mailto:sindsc@terra.com.br). A participação de todos é de grande importância para regularmos o benefício de acordo com os anseios da categoria. Participem, enviem sugestões e acompanhem os desdobramentos da PLR 2014.

**CUTUCADAS**  
Celesc

**Trabalhadores da Agência Regional de Joinville andam com a pulga atrás da orelha. Um chefe sempre que questionado ou cobrado brada aos ventos: "a solução é privatizar a empresa"; ou então, "não tá satisfeito pede demissão"! A dúvida que assola os trabalhadores: esse comportamento é para mascarar a incompetência?**

SOCIEDADE

## HIDRELÉTRICA GARIBALDI: DESCASO E IRRESPONSABILIDADE

**Deputado Dirceu Dresch denunciou consórcio e cobrou solução para agricultores atingidos**

O preenchimento do lago da Hidrelétrica Garibaldi, em Abdon Batista, causou o caos nas comunidades vizinhas. Um erro de cálculo do consórcio fez com que o lago ultrapassasse em mais de 600 metros a cota prevista, atingindo comunidades que não deveriam ser alagadas.

Em sessão na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), o deputado estadual Dirceu Dresch denunciou o drama de agricultores atingidos, exigindo posicionamento da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fatma). Segundo Dirceu, "o erro é tão grande que a igreja da comunidade, reconstruída pelo consórcio em outro local para não ser alagada, está tomada pela água". O Deputado visitou os atingidos, onde recebeu um documento das famílias comentando o desrespeito com os direitos dos agricultores, além de casos de pressão psicológica e desapropriações indevidas. Após o pronunciamento do deputado, a Fatma multou o consórcio em R\$ 10 milhões. Segundo o colunista do Diário Catarinense, Rafael Martini, o presidente do consórcio, além de reclamar da multa, classificou a denúncia do deputado como "irresponsável".



### Quem são os irresponsáveis?

Na última edição do LV denunciamos o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, da Tractebel, e a luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pelos seus direitos. O comentário do presidente do consórcio é absurdo. Ao taxar o Deputado Dirceu Dresch de irresponsável, deixa clara a postura do lucro acima de tudo. Irresponsabilidade é deixar comunidades inteiras alagadas. É pôr o dinheiro acima dos direitos e necessidades das pessoas. Irresponsabilidade é o que acontece quando a energia é tratada como mercadoria. Pessoas passam a ser dispensáveis em nome das cifras. Os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul parabenizam a atuação do Deputado em defesa dos atingidos e reafirma a disposição de luta, em conjunto com o MAB, para que Água e Energia sejam tratadas como direitos essenciais da população brasileira.



## RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

## MP 579 COMPLETA UM ANO DE INCERTEZAS E LUTAS

O ano de 2012 foi marcado pela luta em prol da renovação das Concessões de Energia Elétrica. Grandes campanhas, debates e mobilizações levaram os eletricitários de todo o Brasil a unirem-se contra as propostas de leilão do setor elétrico, capitaneadas pela FIESP. Após muito suspense, o governo se manifestou pela renovação por meio da Medida Provisória e o sentimento de ameaça de privatização, naquele momento foi afastado. Hoje, um ano após a MP 579 se tornar a Lei 12783/2013, muita incerteza se abate sobre os eletricitários.

Nas empresas do Grupo Eletrobras a redução das tarifas de energia para a população virou arma na mão das diretorias, que tentaram repassar a conta da redução das receitas aos trabalhadores. O Acordo Coletivo deste ano, fechado somente depois de uma greve nacional de mais de 20 dias e intervenção do TST, é prova de que há algo muito errado neste processo. Os trabalhadores ficaram em meio a um fogo cruzado: defendendo a redução das tarifas de energia e a renovação das concessões, mas lutando pela manutenção da viabilidade das empresas e para não pagarem sozinhos o preço da falta de capacidade do governo em estabelecer condições que permitam as empresas continuarem a exercer seu papel estratégico no setor de energia. Além disso, a emenda 72 que pretendia alterar a lei de concessões 8987/95, para não mais

permitir a terceirização de todas as atividades nos serviços concedidos abrangidos pela lei foi vetada pela presidente da República. Também foi vetada a proposta que condicionava a renovação das concessões ao cumprimento dos padrões de saúde e segurança no trabalho. Estes vetos foram muito criticados pelas organizações sindicais, pois se perdeu a oportunidade de salvaguardar algumas das condições mínimas necessárias à proteção dos trabalhadores. Cabe aqui ressaltar, também, o papel da representação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das Empresas do Grupo Eletrobras. Os Conselheiros Eleitos posicionaram-se a favor da renovação das concessões; no entanto, divulgaram manifesto coletivo defendendo a adoção de medidas que garantissem a proteção dos trabalhadores e da capacidade de investimentos das empresas.

O mar de incertezas também permanece sobre a renovação da concessão das distribuidoras de energia. Com o anúncio da decisão do governo, a Celesc apressou-se em encaminhar o pedido de renovação de sua concessão, aceitando as regras impostas pela MP 579. No entanto, até agora a renovação não foi feita e a cada dia aumentam os boatos das intenções do governo de criar grandes grupos regionalizados de distribuidoras de energia, acabando com o modelo vigente e abrindo cami-

nho para novas especulações de privatização do setor elétrico brasileiro.

O fato é que, apesar das lutas dos trabalhadores em conjunto com as entidades sindicais, a renovação das concessões comemorada por todos os eletricitários como a "salvação do setor elétrico", ainda está no centro das preocupações. Não estão extintas por completo as especulações de privatização, haja vista a indefinição sobre as Distribuidoras Federalizadas, assim como não está garantida a Renovação das Concessões das demais Distribuidoras do setor elétrico nacional. Os sindicatos da Intercel e da Intersul permanecerão defendendo a renovação das concessões, sem abrir mão da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e do fortalecimento das empresas públicas de energia. Com esta mesma determinação, a FNU participará no dia 06/09/2013 da audiência pública 092/2013, convocada pela ANEEL, onde serão discutidos critérios para indenizar os bens de geradores "fora do projeto básico". A FNU, amparada por estudos técnicos do DIEESE, quer debater na audiência a decisão da ANEEL de desconsiderar o balanço auditado, aprovado e divulgado a época de 37 bilhões adotando um critério menor para o pagamento da indenização das geradoras. Essa decisão gerou uma diferença de 7 bilhões de reais na indenização, afetando muito o caixa das empresas.

# O capitalismo mundial e sua padronização da nossa ração diária.



Talvez os mais jovens não tenham essa lembrança, mas pergunte a uma pessoa mais velha se ela conhece ou lembra de um fruto que ela comia e desapareceu. Mudanças climáticas, alterações no solo e ações predatórias podem fazer de alimentos presentes na vida de diversas comunidades brasileiras apenas uma saudade. Frutas populares como o umbu, típico do Nordeste, e o pinhão, do Sul, fazem parte da lista de 24 alimentos brasileiros da Arca do Gosto e estão sob o risco de extinção.

Além dos requisitos biológicos, os alimentos listados pela Arca são considerados importantes para suas localidades e têm relação de identidade regional, segundo a Fundação Slow Food para Biodiversidade. No mundo inteiro são 1.066 ingredientes entre 60 países catalogados.

Para ajudar a diminuir este problema, é preciso fortalecer o interesse local, o que ajuda os agricultores, produtores e criadores a manterem a diversidade, mostrou matéria da Forbes. Além disso, é preciso criar estratégias mais sustentáveis na agricultura e incentivar os pequenos produtores, propõe o Slow Food, movimento iniciado na 1999, na Itália, em contraposição ao Fast Food. Um dos pilares do movimento é defender a biodiversidade alimentar e tradições gastronômicas em todo o mundo. Seu objetivo é promover um modelo sustentável de agricultura que respeita o meio ambiente, a identidade cultural e o bem estar animal, além de apoiar as demandas de soberania alimentar, ou os direitos das comunidades de decidir o que cultivar, produzir e comer.



## Peixes e crustáceos

O governo federal estima que 80% dos recursos pesqueiros estão ameaçados pela pesca excessiva no país. Um dos animais que correm risco de entrarem na lista da Arca é a lagosta, pois é pescada durante sua fase de desova, que ocorre justamente no verão, segundo informações da Folha de S. Paulo.

Na lista dos pescados em riscos está o aratu (*Goniopsis cruentata*), típico dos mangues do estado de Sergipe, o berbigão (*Anomalocardia brasiliana*), abundante no litoral de Santa Catarina, a ostra de Cananeia (*Crassostrea brasiliana*), de São Paulo e o pirarucu (*Arapaima gigas*), originário da bacia hidrográfica Amazônica.

A lista completa pode ser acessada no site <http://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil>

Do site do MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras)